estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio, por um período de um ano, o 23986, CTEN Fernando José Abrantes Horta, para desempenhar funções de director técnico, não residente, do projecto n.º 5, «Apoio à manutenção do sistema de ajudas visuais à navegação», inscrito no Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes.*

Despacho n.º 22 512/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo, por um período de 180 dias, com início em 16 de Setembro de 2006, a comissão do capitão-de-mar-e-guerra EMQ RES 78968, Heitor Sequeira Alves, no desempenho das funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 2, «Organização da Marinha Nacional», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes.*

Despacho n.º 22 513/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República,*2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel INF 07323682, José Manuel Ferreira Afonso por um período de 108 dias, com início em 15 de Setembro de 2006, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 4, «Brigada e Centro de Instrução de Comandos», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes.*

Despacho n.º 22 514/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o capitão-tenente M 27388, Paulo Jorge Mateus, por um período de 365 dias, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 3, «Componente naval das F-FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes.*

Despacho n.º 22 515/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o coronel PILAV 017956-G, Carlos Alberto de Carvalho Gromicho, por um período de 111 dias, com início em 12 de Setembro de 2006, para desempenhar funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 12, «Escola de Aviação», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes.*

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Louvor n.º 700/2006

Louvo o sargento-mor de infantaria NIM 18784278, Fernando de Almeida Pereira, pela forma competente, extremamente dedicada e muito eficiente como desempenhou as tarefas que lhe foram atribuídas na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

Tendo desempenhado durante cerca de dois anos funções técnicas e administrativas na Divisão de Assuntos do Serviço Militar, o sargento-mor Almeida Pereira revelou ser possuidor de grande capacidade de trabalho, espírito de equipa e elevada competência técnica em todas as tarefas relacionadas com o processamento e apoio administrativo no âmbito das atribuições relativas ao Dia da Defesa Nacional. O seu dinamismo e empenho, o rigor e a eficiente metodologia de trabalho contribuíram para o eficaz processamento dos requerimentos de dispensa de comparência ao Dia da Defesa Nacional bem como para a atempada resposta aos cidadãos que solicitam a dispensa deste dever militar.

Militar extremamente correcto, sensato e ponderado, dotado de um excelente conjunto de qualidades militares, das quais sobressaem a lealdade, a abnegação, o sentido do dever, o espírito de obediência e a camaradagem, o sargento-mor Almeida Pereira granjeou a estima e consideração de todos quantos com ele trabalharam e privaram e contribuiu de forma incontestável para o prestígio e cumprimento da missão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e, consequentemente, do Ministério da Defesa Nacional.

17 de Outubro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho.*

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Louvor n.º 701/2006

Louvo o tenente-coronel de infantaria (NIM 06979783) Carlos Manuel Alves Batalha da Silva pelas suas extraordinárias qualidades pessoais e profissionais, conforme tem vindo a revelar desde que, em Fevereiro de 2004, de forma empenhada e responsável, desempenha funções no Departamento de Relações Multilaterais da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

Dotado de elevado sentido do dever, competência profissional, empenho e enorme capacidade de trabalho, características que, aliadas à sua sólida formação militar e humana, se revelaram no desempenho das suas funções, contribuindo de forma notável para o esforço da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e do Departamento de Relações Multilaterais, em particular.

Tendo a seu cargo áreas específicas no contexto das relações multilaterais, a sua acção foi relevante para uma melhor articulação da política de defesa nacional com as áreas correspondentes da União Europeia, da NATO e dos países da região do Mediterrâneo.

No Departamento de Relações Multilaterais da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, o tenente-coronel Batalha da Silva encontrou inúmeras situações para as quais teve de preparar respostas céleres e equilibradas, nomeadamente nas questões da política europeia de segurança e defesa, na Parceria Euro-Mediterrânica da União Europeia, no Diálogo do Mediterrâneo da NATO, e ainda nas questões relacionadas com a Iniciativa 5+5, que tem especial incidência nos países do Mediterrâneo Ocidental.

De realçar ainda todo o trabalho de acompanhamento das missões de paz da União Europeia e as actividades desenvolvidas no sentido da preparação dos temas das reuniões, conferências e seminários em que participaram o Ministro da Defesa Nacional e o director-geral de Política de Defesa Nacional.

A sua actividade, alicerçada em notáveis qualidades de frontalidade, rectidão, diálogo, análise e decisão, constitui-o como um colaborador relevante na actividade externa desenvolvida pelo Ministério da Defesa Nacional, em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A noção correcta e o conhecimento das questões relativas às suas funções, a vontade de bem servir, a disponibilidade permanente, a firmeza de posições e o carácter de exigência que o conduzem fazem, com inteira justiça, reconhecer publicamente as excepcionais qualidade e virtudes militares do tenente-coronel Batalha da Silva, que se manifestaram na afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional.

27 de Setembro de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo,* tenente-general.

Louvor n.º 702/2006

Louvo o licenciado Henrique Reinaldo Castanheira, assessor principal do quadro da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, pela forma como tem contribuído para a acção da Direcção-Geral no seu conjunto e do Departamento de Relações Multilaterais em particular.

O licenciado Henrique Castanheira tem desenvolvido a sua actividade profissional na área das relações internacionais, demonstrando qualidades pessoais e profissionais de empenho, dedicação, capacidade de trabalho e espírito de missão que se realçam. Do seu comportamento e preocupações distingue-se a sua faceta humanista, o que se reflecte na consideração e estima de que justamente goza, quer junto dos seus pares do Departamento, quer junto dos demais funcionários e dirigentes da Direcção-Geral, onde presta serviço desde Dezembro de 1991.

Ao longo destes últimos anos tem acompanhado, de forma relevante e eficiente, os principais desenvolvimentos das Nações Unidas, com destaque para aqueles que tiveram por palco o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e ainda as inúmeras acções do Departamento de Missões de Paz desta Organização relacionadas com o planeamento, condução e acompanhamento de missões de paz. As suas atribuições incluíram ainda o acompanhamento da SHIRBRIG e dos Standby Arrangements, o que fez de forma sempre interessada e muito competente.

De realçar os trabalhos periódicos de síntese dedicados aos países de interesse dos Balcãs Ocidentais, Cáucaso e África, que permitiram ter uma visão global, na perspectiva da segurança e defesa, dos desenvolvimentos mais significativos nestas regiões, assim como a sua colaboração, relevante, no atempado tratamento da problemática dos conflitos no mundo e das missões de paz em geral, sendo de destacar as diferentes conferências em que participou, muitas vezes na qualidade de conferencista, como foi o caso de Timor-Leste, e regularmente nos institutos das Forças Armadas. Da sua vasta actividade salienta-se, ainda, a elaboração de várias súmulas subordinadas à temática da participação nacional em missões de paz, mas também às questões dos conflitos em África.

O licenciado Henrique Castanheira também se tem destacado pelas continuadas participações, a convite da ONU, OSCE ou UE, como observador de processos eleitorais em países, tais como a República Democrática do Congo (2006), Uganda (2006), Guiné-Bissau (2005), Afeganistão (2005), Indonésia (2004), Moçambique (2004), Ruanda (2003) e Camboja (2003). Esta acção é particularmente louvável, dadas as difíceis condições e os inerentes riscos que acompanham estas missões e também pela mais-valia que se traduz para a Direcção-Geral do acesso aos seus relatórios, que muito contribuem para uma «visão» mais correcta das realidades e aspirações das populações de países que encetaram por processos de transformação.

Pelo que fica expresso, é-me muito grato reconhecer publicamente o desempenho do licenciado Henrique Castanheira ao longo dos últimos anos em que desenvolveu a sua actividade na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, considerando os serviços por si prestados de muito elevado mérito.

27 de Setembro de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo,* tenente-general.

Louvor n.º 703/2006

Louvo o tenente-coronel da Força Aérea NIP 032130-D, José António Reis Mendonça, a prestar serviço na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, pela forma competente, dedicada e altamente meritória como desempenhou funções no Departamento de Relações Bilaterais (DRB).

Durante a sua permanência no DRB, o tenente-coronel Reis Mendonça destacou-se pela forma muito competente como acompanhou as diversas actividades da sua área de responsabilidade, da qual resultou um inestimável contributo para o desenvolvimento das relações bilaterais com os países da Europa Ocidental, China e, sobretudo, da Europa Central.

A qualidade e o rigor dos trabalhos por si desenvolvidos, nomeadamente ao nível das apresentações efectuadas a delegações estrangeiras e na preparação de pastas de trabalho para as reuniões ministeriais, aliados às suas intervenções sempre oportunas e competentes nas diversas reuniões em que foi chamado a participar, fizeram do tenente-coronel Reis Mendonça um colaborador de elevada valia para o desenvolvimento da cooperação bilateral com os países com os quais cooperamos.

Para a obtenção destes resultados, de que advém natural visibilidade para a Defesa Nacional e para as Forças Armadas Portuguesas no plano externo, muito contribuiu o seu notável empenhamento e capacidade de trabalho, frequentemente assegurados com prejuízo da sua vida pessoal.

É igualmente justo realçar as suas qualidades humanas, que proporcionaram um excelente ambiente de trabalho na equipa do Departamento em que prestou serviço.

Face ao que antecede, considero justo reconhecer as excelentes qualidades pessoais e profissionais patenteadas pelo tenente-coronel Reis Mendonça, reconhecendo os serviços por si prestados como de muito elevado mérito.

24 de Outubro de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo,* tenente-general.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Louvor n.º 704/2006

Louvo a 2.ª Companhia de Comandos, da Brigada de Reacção Rápida, pelas excepcionais aptidões demonstradas e pela sua conduta distinta como força de reacção rápida *(quick reaction force)* ao serviço da Força Internacional de Segurança e Assistência (ISAF) da NATO no teatro de operações (TO) do Afeganistão.

A 2.ª Companhia de Comandos (2.ª CCMDS) actuou sob controlo operacional do Comando da ISAF (COMISAF), no período de 10 de Agosto de 2005 a 17 de Fevereiro de 2006, tendo tomado parte num total de 36 operações, montadas e apeadas, isoladamente ou em conjunto com forças da Brigada Multinacional de Cabul, dos Comandos Regionais Norte e Oeste, da Polícia de Cabul e do Exército Nacional Afegão. Salientam-se as missões de escolta e segurança de altas entidades; as acções de reforço da segurança de infra-estruturas da missão de assistência das Nações Unidas no Afeganistão, de outras organizações internacionais, da ISAF e ainda do centro de contagem de votos durante o período eleitoral; a operação «Central QRF quick response», na região de Farah, de demonstração das capacidades de reforço da ISAF; as operações «Afghan venture» e «Afghan courage», de segurança e protecção aos membros do Governo e do Parlamento Afegãos, em coordenação com a Força Nacional de Segurança do Afeganistão; a operação «ISAF support to embassies/IC», em que a força foi colocada na dependência directa do COMISAF a fim de proceder, se necessário, à evacuação de pessoal de representações diplomáticas para local seguro; a operação «ISAF provide reinforcement to Northern and Western Regions», na qual a Companhia manteve um elevado estado de prontidão preparada para, à ordem, ser projectada para qualquer ponto da área de operações da ISAF, por forma a assegurar a protecção das *provincial reconstruction teams* que se encontrassem ameaçadas; e as operações da série «OCTOPUS», destinadas a vigiar as possíveis áreas de lançamento de *rockets,* detectar e deter qualquer actividade suspeita das *opposing militant forces* (OMF).

Em 18 de Novembro de 2005, durante a execução de patrulhamentos na região de Bagrami, a sul de Cabul, a 2.ª CCMDS sofreu quatro baixas na sequência do accionamento de um engenho explosivo improvisado à passagem da viatura táctica blindada em que se faziam transportar alguns dos seus elementos, tendo, em consequência, resultado a morte do primeiro-sargento de infantaria «comando» João Paulo Roma Pereira, ferimentos extensivos no cabo-adjunto «comando» Horácio da Silva Mourão, além de outros dois feridos ligeiros.

No decurso da sua permanência no TO afegão, os militares da 2.ª CCMDS sobressaíram-se de forma exemplar no cumprimento de todas as tarefas que lhes foram cometidas. Operando em circunstâncias particularmente desfavoráveis de clima, condições meteorológicas e orografia regional, sob um ritmo desgastante, num ambiente altamente instável em termos de segurança, e marcado pela rusticidade e pelo desconforto, evidenciaram invulgar solidez física e anímica, excelente preparação técnica e táctica, a par de uma apurada noção do dever e inabalável determinação.